



SÍNTESE DE NOTÍCIAS Nº 0208/2025

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO REINO DA ARÁBIA SAUDITA
RIADE, 03/08/2025

Reino da Arábia Saudita condena 'práticas provocativas' de Ben-Gvir na Mesquita de Al-Aqsa



Uma visão geral do complexo de Al-Aqsa enquanto fiéis muçulmanos participam nas orações da última sexta-feira do mês sagrado de jejum do Ramadão, em Jerusalém, 28 de março de 2025.

O Ministério das Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita denunciou hoje domingo as "práticas provocativas" do ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben Gvir, na mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, dizendo que tais práticas alimentam o conflito na região.

"O Reino da Arábia Saudita condena nos termos mais fortes as repetidas práticas provocativas de funcionários do governo de ocupação israelense contra a Mesquita de Al-Aqsa e enfatiza que essas práticas alimentam o conflito na região", disse o Ministério das Relações Exteriores.

Ben-Gvir visitou o complexo da mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, neste domingo, e disse que rezou lá, desafiando as regras que cobrem um dos locais mais sensíveis do Médio Oriente. Sob um delicado acordo de "status quo" de décadas com as autoridades muçulmanas, o complexo de Al-Aqsa é administrado por uma fundação religiosa jordaniana e os judeus podem visitar, mas não podem orar lá.

"O Reino enfatiza sua demanda contínua à comunidade internacional para interromper as práticas dos funcionários da ocupação israelense que violam as leis e normas internacionais e minam os esforços de paz na região", acrescentou o comunicado. **Fonte-Arab News.**

Chefe do GCC recebe secretária-geral do DCO



Eles discutiram uma série de projectos propostos entre os dois lados, disse a Secretaria-Geral em um comunicado.

O secretário-geral do Conselho de Cooperação do Golfo, Jasem Albudaiwi, recebeu ontem em Riade, Deemah Al-Yahya, secretária-geral da Organização de Cooperação Digital, na sede da Secretaria-Geral. Durante a reunião, eles discutiram uma série de projectos propostos entre os dois lados, disse a Secretaria-Geral em um comunicado. Eles também revisaram vários tópicos relacionados à tecnologia e transformação digital em áreas de interesse comum.

Albudaiwi disse que o GCC estava "ansioso para unificar esforços e melhorar a cooperação regional e internacional com outras organizações, a fim de alcançar seus objectivos comuns", acrescentou o comunicado. **Fonte-Arab News.**

Economia saudita cresce 3,9% no 2º trimestre, impulsionada por actividade não petrolífera



O PIB real do Reino da Arábia Saudita deve crescer a uma taxa média de 3,5% entre 2025 e 2028.

A economia do Reino da Arábia Saudita cresceu 3,9% ano a ano no segundo trimestre de 2025, liderada por um forte desempenho em sectores não petrolíferos, segundo dados oficiais. De acordo com estimativas rápidas da Autoridade Geral de Estatísticas, o crescimento das actividades não petrolíferas atingiu 4,7%, superando a expansão de 3,8% no sector petrolífero e um aumento de 0,6% nos serviços governamentais. O sector

não petrolífero contribuiu com a maior parcela para o crescimento do PIB, adicionando 2,7 pontos percentuais, seguido pelas actividades petrolíferas com 0,9 pontos percentuais. As actividades governamentais e os impostos líquidos sobre produtos contribuíram com 0,1 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, para a expansão geral. Os dados estão alinhados com as perspectivas macroeconômicas da S&P Global Ratings, que projecta que o PIB real do Reino da Arábia Saudita cresça a uma taxa média de 3,5% entre 2025 e 2028, superando o crescimento de 0,8% registrado em 2024.

"O PIB real ajustado sazonalmente aumentou 2,1% no 2º trimestre de 2025, em comparação com o 1º trimestre anterior", disse a GASTAT em sua actualização trimestral. "Esse aumento deveu-se ao maior aumento nas actividades petrolíferas desde o 3º trimestre de 2021, com alta de 5,6% neste trimestre. As actividades não petrolíferas cresceram 1,6%, enquanto as actividades governamentais registraram uma queda de 0,8% ", acrescentou.

A GASTAT disse que as actividades petrolíferas representaram 1,3 ponto percentual do crescimento trimestral, com os sectores não petrolíferos adicionando 0,9 ponto percentual. No entanto, as actividades governamentais e os impostos líquidos sobre os produtos tiveram um impacto negativo de 0,1 ponto percentual. Apoiando a tendência de crescimento não petrolífero, as exportações não petrolíferas do Reino da Arábia Saudita, incluindo reexportações, subiram para SR31,11 bilhões (US\$ 8,29 bilhões) em maio, marcando um aumento de 6% em relação ao mesmo mês de 2024, de acordo com dados preliminares da GASTAT divulgados na semana passada.

Os Emirados Árabes Unidos continuaram sendo o principal destino dos produtos não petrolíferos do Reino, com exportações no valor de SR9,54 bilhões. A Índia foi o segundo maior parceiro com SR2,78 bilhões, seguida pela China com SR2,03 bilhões, Bahrein com SR989,1 milhões e Turquia com SR924,7 milhões. Enquanto isso, em seu relatório intitulado "Tendências de crédito saudita: mudança em andamento", publicado em 30 de julho, a S&P Global disse que as iniciativas da Visão Saudita 2030 estão "definidas para aumentar o crescimento não petrolífero no médio prazo", apoiadas pela actividade de construção, aumento da demanda do consumidor e uma força de trabalho mais ampla. Apesar dos déficits fiscais projectados em média de 4,4 por cento do PIB até 2028, os investimentos públicos vinculados à Visão Saudita 2030, incluindo grandes eventos como a Expo 2030 e a Copa do Mundo da FIFA 2034, devem sustentar o ímpeto econômico, disse a S&P. **Fonte-Arab News.**

KSrelief estende apoio a 5 nações necessitadas

A agência de ajuda saudita KSrelief continua a fornecer assistência crítica a algumas das comunidades mais vulneráveis do mundo.

Na província de Aden, no Iêmen, a agência concluiu recentemente um projecto de cirurgia geral de uma semana, durante o qual 18 voluntários realizaram 26 operações. A KSrelief também lançou a distribuição de 6.000 caixas de tãmaras na província de Al-Mahrah, no Iêmen, beneficiando 42.000 pessoas deslocadas e vulneráveis – parte de um plano mais amplo para distribuir 625.000 caixas em 12 províncias.

Na Jordânia, a KSrelief forneceu vales-alimentação para 882 beneficiários, incluindo refugiados sírios e palestinos e membros da comunidade anfitriã nas províncias de Irbid, Zarqa e Madaba.

Na República Árabe da Síria, a agência distribuiu 290 cestas básicas para famílias deslocadas nas províncias de As-Suwayda e Daraa.

No Paquistão, a KSrelief distribuiu 1.115 cestas básicas nas províncias de Khyber Pakhtunkhwa e Sindh, ajudando 8.195 indivíduos afectados e vulneráveis pelas enchentes.

No Líbano, 300 cestas básicas foram distribuídas nas cidades de Sidon e Tiro, no sul, apoiando 1.500 sírios deslocados e moradores locais. Desde o seu lançamento em maio de 2015, a KSrelief implementou 3.612 projectos no valor de mais de US\$ 8,1 bilhões em 108 países, em parceria com mais de 325 organizações. **Fonte-Arab News.**

Trump reafirma apoio à soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental



O presidente dos EUA, Donald Trump.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reafirmou o apoio à soberania do Marrocos sobre o Saara Ocidental, dizendo que um plano de autonomia marroquino para o território é a única solução para a região disputada.

O conflito há muito congelado opõe o Marrocos, que considera o território como seu, contra a Frente Polisário, apoiada pela Argélia, que busca um Estado independente lá. Trump, no final de seu primeiro mandato, reconheceu as reivindicações marroquinas ao Saara Ocidental, que tem reservas de fosfato e ricas áreas de pesca, como parte de um acordo sob o qual o Marrocos concordou em normalizar suas relações com Israel. Seu secretário de Estado, Marco Rubio, deixou claro em abril que o apoio ao Marrocos na questão continuava sendo uma política dos EUA, mas esses foram os primeiros comentários citados de Trump sobre a disputa durante seu segundo mandato. "Também reitero que os Estados Unidos reconhecem a soberania marroquina sobre o Saara Ocidental e apoiam a proposta de autonomia séria, credível e realista do Marrocos como a única base para uma solução justa e duradoura para a disputa", disse Trump em uma mensagem ao Rei Mohammed VI do Marrocos.

"Juntos, estamos avançando em prioridades compartilhadas para a paz e a segurança na região, inclusive com base nos Acordos de Abraão, combatendo o terrorismo e expandindo a cooperação comercial", disse Trump. Como parte dos Acordos de Abraão assinados durante o primeiro mandato de Trump, quatro países de maioria muçulmana concordaram em normalizar as relações diplomáticas com Israel após a mediação dos EUA. Em junho deste ano, a Grã-Bretanha se tornou o terceiro membro permanente do Conselho de Segurança da ONU a apoiar um plano de autonomia sob a soberania marroquina para o território depois dos EUA e da França. A Argélia, que reconheceu a autodeclarada República Saharai, recusou-se a participar nas mesas redondas convocadas pelo enviado da ONU ao Sahara Ocidental e insiste na realização de um referendo com a independência como opção. **Fonte-Reuters.**

Dois caminhões de combustível devem entrar em Gaza

A Tv Al Qahera News TV, filiada ao Estado egípcio, disse hoje que dois caminhões de combustível transportando 107 toneladas de diesel devem entrar em Gaza, meses depois que Israel restringiu a entrada de mercadorias e ajuda no enclave palestino.

O Ministério da Saúde de Gaza disse que a escassez de combustível estava dificultando o funcionamento dos hospitais, acrescentando que os médicos tinham que priorizar os serviços em algumas de suas instalações. Não houve confirmação imediata se os caminhões entraram em Gaza. A entrada de combustível tem sido rara desde março, quando Israel restringiu o fluxo de ajuda e mercadorias para o enclave no que disse ser uma pressão sobre o Hamas para libertar os reféns restantes que tomou em seu ataque de outubro de 2023 a Israel. Dezenas morreram de desnutrição em Gaza nas últimas semanas, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza. Ele disse ontem sábado que registrou mais sete mortes, incluindo uma criança. Israel culpa o Hamas pelo sofrimento em Gaza e diz que está tomando medidas para que mais ajuda chegue à sua população, incluindo a pausa dos combates durante parte do dia em algumas áreas, lançamentos aéreos e o anúncio de rotas protegidas para comboios de ajuda. Agências da ONU disseram que os lançamentos aéreos de alimentos são insuficientes e que Israel deve permitir a entrada de muito mais ajuda por terra e facilitar rapidamente o acesso a ela. **Fonte- Al Qahera News TV.**

Crescente Vermelho palestino diz que um funcionário foi morto em ataque israelense à sua sede em Gaza



O Crescente Vermelho Palestino disse hoje domingo que um de seus funcionários foi morto e outros três ficaram feridos em um ataque israelense à sede de Khan Yunis, em Gaza. "Um membro da equipe do Crescente Vermelho Palestino (PRCS) foi morto e

outros três ficaram feridos depois que as forças israelenses atacaram a sede da Sociedade em Khan Younis, provocando um incêndio no primeiro andar do prédio", disse a organização humanitária em um post no X. Um vídeo, que o PRCS disse "capturar os momentos iniciais" do ataque, mostra incêndios em um prédio, com o chão coberto de escombros.

Isso ocorre dois dias depois que o enviado dos EUA, Steve Witkoff, visitou uma estação de ajuda apoiada pelos EUA em Gaza para inspecionar os esforços para levar alimentos ao território palestino devastado.

Quase dois anos após o início da guerra, as agências da ONU alertaram que o tempo estava se esgotando e que Gaza estava "à beira de uma fome em grande escala". Oito funcionários do Crescente Vermelho, seis da agência de defesa civil de Gaza e um funcionário da agência da ONU para refugiados palestinos foram mortos em um ataque das forças israelenses no sul de Gaza em março, de acordo com o escritório humanitário da ONU, OCHA. **Fonte-Arab News.**

Hamas diz que não se desarmará a menos que um Estado palestino independente seja estabelecido



Combatente do Hamas em uniformes de combate diante da cerimônia de entrega de reféns israelenses à Cruz Vermelha em Nuseirat, em fevereiro.

O Hamas disse ontem sábado que não se desarmará a menos que um Estado palestino independente seja estabelecido - uma nova repreensão a uma importante demanda israelense para acabar com a guerra em Gaza.

As negociações indirectas entre o Hamas e Israel com o objectivo de garantir um cessar-fogo de 60 dias na guerra de Gaza e o acordo para a libertação de reféns terminaram na semana passada em um impasse.

Na passada terça-feira, o Qatar e o Egito, que estão mediando os esforços de cessar-fogo, endossaram uma declaração da França e do Reino da Arábia Saudita delineando os passos em direcção a uma solução de dois Estados para o conflito israelense-palestino e dizendo que, como parte disso, o Hamas deve entregar suas armas à Autoridade Palestina, apoiada pelo Ocidente.

Em sua declaração, o Hamas - que domina Gaza desde 2007, mas foi militarmente golpeado por Israel na guerra - disse que não poderia ceder seu direito à "resistência

armada" a menos que um "Estado palestino independente e totalmente soberano com Jerusalém como sua capital" seja estabelecido.

Israel considera o desarmamento do Hamas uma condição fundamental para qualquer acordo para acabar com o conflito, mas o Hamas disse repetidamente que não está disposto a depor suas armas. No mês passado, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, descreveu qualquer futuro Estado palestino independente como uma plataforma para destruir Israel e disse que, por essa razão, o controle de segurança sobre os territórios palestinos deve permanecer com Israel.

Ele também criticou vários países, incluindo o Reino Unido e o Canadá, por anunciarem planos para reconhecer um Estado palestino em resposta à devastação de Gaza pela ofensiva e bloqueio de Israel, chamando a medida de recompensa pela conduta do Hamas. Israel e o Hamas trocaram culpas depois que a ronda mais recente de negociações terminou em um impasse, com lacunas persistentes sobre questões como a extensão de uma retirada militar israelense. **Fonte-Arab News.**

Chefe de ajuda norueguesa critica guerra de Israel em Gaza como "destruição de uma civilização"



Jan Egeland, secretário-geral do Conselho Norueguês de Refugiados, disse que a comunidade internacional ainda tem a chance de evitar o pior - mas apenas se agir imediata e decisivamente.

A operação militar de Israel em Gaza não é mais uma guerra contra militantes, mas se tornou uma "destruição de uma civilização", disse uma autoridade humanitária de alto escalão, alertando que o tempo está se esgotando para evitar uma "fome bíblica" no enclave sitiado. Em entrevista à CNN na passada terça-feira, Jan Egeland, secretário-geral do Conselho Norueguês de Refugiados, disse que o bombardeio contínuo de Israel e as restrições ao acesso à ajuda deixaram a população civil de Gaza, particularmente mulheres e crianças, sofrendo as consequências de um conflito do qual não participaram.

"O que vejo é que, como um conflito militar, tudo acabou há muito tempo", disse Egeland à âncora Bianna Golodryga. "Esta não é uma guerra antiterrorista direcionada, é a destruição de uma civilização agora." O veterano humanitário disse que não há justificativas para a guerra em Gaza, que já matou mais de 60.000 pessoas e levou a população do enclave de 2,2 milhões à beira da fome.

"O Hamas tem um milhão de pecados em sua consciência ... mas aqueles que morrem (e) sangram não têm nada a ver com o Hamas. São mulheres e crianças. Eles não tiveram

nada a ver com o 7 de outubro", disse ele, pedindo um cessar-fogo imediato e uma abertura urgente e em larga escala das passagens de fronteira de Gaza para permitir o acesso total de grupos de ajuda. Os comentários de Egeland ocorrem em meio à crescente pressão internacional sobre Israel para aliviar as restrições e permitir a entrada de ajuda humanitária em Gaza, à medida que as mortes relacionadas à desnutrição continuam a aumentar. Durante uma conferência saudita-francesa na passada terça-feira, especialistas da ONU confirmaram que grandes áreas do enclave estão passando por uma fome em grande escala. Embora tenha saudado as mudanças de postura do presidente dos EUA, Donald Trump, do primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, e de outros líderes ocidentais que finalmente reconheceram a fome generalizada que assola o território palestino, Egeland enfatizou que a solução para evitar a crise, em última análise, depende deles. "É Israel e as potências ocidentais que fornecem as armas para tudo isso que precisam mudar isso. Eles têm a impressão digital em toda essa catástrofe, na verdade. Podemos mudar isso. Ainda é possível." **Fonte-Reuters.**

A crise da dívida em África exige soluções autossuficientes



HAFED AL-GHWEL

02 de agosto de 2025



O Relatório do Jubileu diagnostica o agudo endividamento que estrangula as economias em desenvolvimento, particularmente em África.

O muito discutido Relatório do Jubileu, emergindo de deliberações de especialistas encomendadas pelo Vaticano, diagnostica o agudo endividamento que estrangula as economias em desenvolvimento, particularmente em África, com clareza louvável. Ele apresenta uma ladainha familiar de falhas sistêmicas: fluxos de capital pró-cíclicos, arquitecturas legais favoráveis aos credores em Nova York e Londres, a inadequação das análises de sustentabilidade da dívida e os incentivos perversos perpetuados pelas

instituições financeiras internacionais. Suas prescrições, incluindo uma nova iniciativa de países pobres altamente endividados, reformas legais para conter litígios predatórios, mudanças em direcção à "austeridade orientada para o crescimento" e aumentos maciços no financiamento multilateral, ecoam décadas de consenso de especialistas.

No entanto, uma falha fundamental permanece. As prescrições do relatório dependem da boa vontade global coordenada e da reforma estrutural que está comprovadamente ausente no mundo fragmentado de hoje. Para a África, onde a dívida pública ultrapassou o crescimento económico nacional desde 2013 e lar de 751 milhões de pessoas em países que gastam mais com o serviço da dívida externa do que com educação ou saúde – esperar por esse consenso global não é estratégia; é rendição. O idealismo moralmente ressonante do relatório subestima perigosamente a hostilidade arraigada a concessões significativas que beneficiam as economias africanas e ignora o imperativo de soluções radicais e autossuficientes.

Considere a escala da crise versus as correcções globais propostas. Um total de 54 países em desenvolvimento agora alocam mais de 10% das receitas públicas apenas para pagamentos de juros. Em África, essa hemorragia fiscal compete directamente com as necessidades existenciais: adaptação climática dispendiosa para países que contribuem minimamente para as emissões, mas enfrentam impactos devastadores, e investimento em uma população jovem projectada para atingir 35% do total global até 2050.

O relatório condena, com razão, a injustiça, histórica e contínua, embutida nesta dinâmica. No entanto, seu remédio central, uma iniciativa de países pobres altamente endividados, requer cooperação sem precedentes de blocos de credores diversos e muitas vezes adversários: membros tradicionais do Clube de Paris; credores bilaterais mais recentes, como a China; e, crucialmente, os detentores de títulos privados que agora dominam mais de 40% da dívida externa dos países de renda baixa e média-baixa.

Independentemente disso, o precedente histórico não inspira confiança. Uma iniciativa predecessora de países pobres altamente endividados, embora tenha proporcionado alívio, não conseguiu evitar a recorrência precisamente porque não alterou a dinâmica fundamental ou a estrutura das finanças globais. Por que esperar que uma sequência, exigindo concessões ainda maiores de poderosos interesses financeiros que operam em jurisdições legais não reformadas, tenha sucesso agora? O Quadro Comum, saudado como progresso, proporcionou um alívio insignificante precisamente devido à discórdia e obstrucionismo dos credores. Apostar o futuro de África em tais actores que de repente desenvolvam uma consciência colectiva não é realismo; é negligência.

Além disso, a dependência do relatório em instituições financeiras internacionais como motores de reforma e finanças é igualmente problemática. Ele pede o fim dos resgates do Fundo Monetário Internacional aos credores privados; sobretaxas mais baixas; realocações massivas de SDR, ou Direito de Saque Especial; e transformou os modelos de empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento. No entanto, as estruturas de governança dessas instituições permanecem congeladas na dinâmica de poder de meados do século 20 que permanece fortemente distorcida contra a representação e influência africana. Por exemplo, garantir uma alocação de SDR de US\$ 650 bilhões durante a pandemia provou ser uma tarefa hercúlea; alcançar as emissões regulares, maiores e equitativamente distribuídas que o relatório prevê, dado o crescente nacionalismo fiscal e a escalada das rivalidades geopolíticas, parece quixotesco.

Além disso, a noção de que essas mesmas instituições, historicamente executoras da austeridade e guardiãs dos interesses dos credores, podem se reinventar como campeãs do financiamento incondicional e orientado para a missão para a transformação africana ignora seu DNA institucional e as restrições políticas impostas por seus principais accionistas. Enquanto isso, o apelo para que os BMDs emprestem maciçamente em moedas locais, embora tecnicamente sólido para reduzir o risco cambial, enfrenta forte resistência dos mercados de títulos e agências de classificação cautelosas com a volatilidade cambial, limitando efectivamente sua escala sem aumentos improváveis de capital.

Além disso, o foco do relatório em grandes intervenções, desde fundos de recompra de dívida e fundos climáticos globais até tribunais internacionais de falências, não consegue lidar com o ambiente geopolítico tóxico. Os preconceitos históricos que enquadram a governança africana como inerentemente corrupta ou incapaz, combinados com a crescente competição entre grandes potências, trabalham activamente contra estruturas cooperativas complexas percebidas como beneficiando principalmente os países africanos.

Além disso, os recursos para fundos globais são notoriamente escassos e ferozmente contestados; O estabelecimento de novas arquitecturas jurídicas internacionais enfrenta pontos de veto a cada passo. O actual contexto global não é apenas indiferente ao sobreendividamento africano; elementos dentro dele são activamente hostis a soluções que exigem pesadas transferências financeiras ou concessões percebidas de alavancagem. Esperar que essa hostilidade diminua condena África a armadilhas prolongadas da dívida, drenando reservas preciosas cruciais para os 1,4 bilhão de habitantes do continente e, em última análise, para a estabilidade global.

O caminho a seguir, portanto, exige um pivô duro em direcção a soluções que África controla, minimizando a dependência de mobilização externa vulnerável aos caprichos globais. Isso não é isolacionismo, mas autopreservação pragmática. Requer, por exemplo, o desenvolvimento agressivo dos mercados de capitais domésticos. As poupanças de África, estimadas em triliões de dólares colectivamente, são frequentemente estacionadas em activos de economias avançadas de baixo rendimento ou deixam o continente por completo. O redirecionamento desses recursos requer esforços para aprofundar os mercados de títulos locais, fortalecer as estruturas regulatórias e incentivar os investidores institucionais a alocar capital localmente.

Em segundo lugar, o relatório menciona a implementação de regulamentos estratégicos de contas de capital, mas subestima sua centralidade. Os países africanos devem implantar activamente ferramentas, desde requisitos de reserva até impostos sobre entradas de curto prazo e limites prudenciais sobre a exposição à moeda estrangeira, para quebrar o ciclo pró-cíclico de expansão e contração dos fluxos de capital. Isso protege o espaço fiscal e reduz a vulnerabilidade aos choques de política monetária que emanam das economias avançadas. É uma ferramenta de soberania, não de recuo.

Em terceiro lugar, o fortalecimento de mecanismos como o Fundo Monetário Africano e a expansão dos acordos de swap regional são essenciais para a construção de redes de segurança financeira regionais robustas. Reunir reservas e estabelecer sistemas regionais de pagamento, reduzindo assim a dependência do dólar para o comércio intra-

africano, pode fornecer liquidez vital durante crises sem as condicionalidades do FMI. Isso exige uma vontade política sem precedentes para a integração regional e também oferece um amortecedor tangível contra a volatilidade global.

Quarto, cada novo projecto de infraestrutura financiado em dólares aumenta a vulnerabilidade futura. É essencial negociar mais com mais dificuldade os empréstimos em moeda local dos restantes parceiros bilaterais e dos BMD, mesmo a taxas iniciais marginalmente mais elevadas. Simultaneamente, investir em estruturas de política monetária confiáveis não é negociável para sustentar essa abordagem.

Por fim, a transparência e a supervisão doméstica robusta dos empréstimos, incluindo passivos contingentes de parcerias público-privadas, são vitais para evitar a repetição de erros do passado. A construção de capacidade técnica doméstica para análises sofisticadas de sustentabilidade da dívida, independentemente dos modelos existentes, muitas vezes cegos à vulnerabilidade climática, fortalece as posições de negociação.

Em última análise, os diagnósticos são precisos - não há argumento nisso.

No entanto, o medicamento prescrito é simplesmente uma dose que a farmácia global se recusa a dispensar. A crise da dívida em África, paralisando países em dificuldades e sufocando o futuro de 288 milhões de pessoas em extrema pobreza, não pode esperar por um momento kumbaya global. O imperativo moral permanece, mas a resposta estratégica deve mudar. As soluções baseadas na agência africana, na coesão regional e na autossuficiência financeira, por mais difíceis que sejam, oferecem um caminho mais realista e, em última análise, mais digno para sair da armadilha da dívida do que a dependência persistente de um sistema estruturalmente tendencioso contra o desenvolvimento do continente.

Hafed Al-Ghwell é membro sênior e director de programa do Stimson Center e membro sênior do Centro de Estudos Humanitários e de Conflitos. X: @HafedAlGhwell

Isenção de responsabilidade: A opinião expressa pelo escritor nesta sessão é própria e não reflecte necessariamente o ponto de vista do **Arab News**.



**INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025**

Preservar e valorizar as conquistas
alcançadas, construindo um futuro melhor